

Fim de governo dificulta negociação

PAULO SOTERO
Especial para o Estado

WASHINGTON — O esforço político que o Brasil faz para chegar a um acordo com o FMI neste final de governo Sarney, o que lhe permitiria manter-se em dia com suas obrigações internacionais, é comandado há semanas pelo embaixador brasileiro em Washington, Marálio Marques Moreira, contra um importante obstáculo: por motivos óbvios, fundo não costuma negociar com governos em fim de mandato. Para tentar mudar essa posição, que ouviu no começo das conversações que iniciou há dois meses com o diretor/gerente do fundo, o francês Michel Camdessus, e com altos funcionários do Departamento do Tesouro, o embaixador disse que a existência do acordo é importante justamente pelo fato de o País estar vivendo um histórico momento de transição política.

O acordo, afirma o embaixador, não apenas permitiria ao País manter-se em dia com seus credores, honrando integralmente os compromissos que assumiu com os bancos credores, no ano passado, quando negociou o



Waldemar Paulovani/AF-2/8/88

Marcelio: acordo com FMI daria estabilidade à transição

acordo pelo qual levantou a moratória de 1987. Mais do que isso, o acordo com o fundo daria estabilidade à própria transição de governo.

A argumentação do embaixador parece ter sido, em tese, aceita tanto por Camdessus como por David Mulford, o subsecretário para assuntos econômicos do Departamento do Tesouro, de cuja orientação depende a posição dos EUA no caso. Da teoria à prática a realização do acordo tem esbarrado, no entanto, na falta de tempo, vontade e credibilidade do governo Sarney para tomar medidas fiscais heróicas.

Ainda que a iniciativa brasileira não venha a produzir

o resultado desejado, que seria um acordo antes das eleições presidenciais, os credores têm evitado desacreditar a busca do entendimento com o FMI. "Ela é importante porque mantém os canais de comunicação abertos com o País, torna mais difícil a transformação da dívida externa em tema explosivo na campanha presidencial e pode facilitar os entendimentos com a equipe econômica que o novo presidente nomeará", afirmou um banqueiro que torce, mas não acredita que o acordo acontecerá no atual governo. "Como ocorreu com outros países endividados, esses entendimentos não precisam esperar pela posse do governo", acrescentou.